

PELAS REVISTAS E JORNAIS

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A
AGRICULTURA DOS PEQUENOS SITIANTES

RUI MILLER PAIVA

Todos os tratados de Economia Agrícola dedicam alguns de seus capítulos à classica discussão das vantagens que tem a pequena propriedade agrícola sôbre a grande. Quase todos, porém, abordam o assunto com alguma parcialidade, procurando desenvolver nos estudiosos a noção de que um grande número de pequenas propriedades rurais traz sempre vantagens a qualquer país. Procuram também, sem maiores considerações, enaltecer todos os governos que fomentam a intensa subdivisão de suas terras.

É algo lastimavel essa atitude porque a existência de pequenas propriedades agrícolas nem sempre é vantajosa para um país. Conhecemos países, como mais adiante veremos, onde a divisão das grandes propriedades redundou, a principio, em verdadeiro fracasso; outros, como a maioria dos países do norte da Europa, têm na intensa subdivisão de propriedades a base de todo o seu progresso.

Portanto o assunto não é assim tão simples. É necessário que se lhe dedique mais atenção, principalmente nos países que

precisam mudar o sistema de grandes propriedades para o de pequenas. Cada país e mesmo cada região apresenta problemas diferentes e requer estudos especiais. Poderíamos discutir esse assunto com mais vagar, citando os diversos casos em que a subdivisão das propriedades agrícolas se torna vantajosa a um país, quando precisa ser evitada para o bem de toda a coletividade; porém a falta de espaço obriga-nos a comentar somente a conclusão a que se tem chegado sobre o assunto. E esta conclusão é que a intensa subdivisão de terras traz realmente ótimas vantagens a um país, dependendo, entretanto, entre outros fatores de menor importância, do de estar o seu povo preparado para tal sistema. Considera-se o povo preparado, quando existe particularmente no trabalhador rural educação suficiente e mentalidade desenvolvida de tal forma que, mesmo quando lhe é dada a autoridade de se dirigir por si próprio em seu trabalho e a liberdade de trabalhar ou de deixar de fazê-lo, ele trabalha diligentemente e produz eficientemente. Por outro lado, quando o povo não tem educação e mentalidade bem desenvolvidas, é de se esperar uma repetição do que ainda há poucos anos aconteceu ao México. Quando visitamos esse país, notamos, conversando com diversos técnicos nativos, que estavam desapontados com os resultados mostrados pela então recente distribuição de terras a antigos assalariados. Estes, assim que se viram livres, sem a obrigatoriedade de trabalho, resolveram sentar e dormir mais a miude. Trabalhavam pouco, a produção agrícola diminuiu e com ela o comércio do país e a própria renda do governo. É o exemplo de um país que ainda não estava preparado para a mudança. Na população rural ainda não se tinha desenvolvido essa mentalidade que leva a grandes esforços. Não estava ela educada para uma eficiente produção. Anteriormente essa população trabalhava e produzia por ter alguém que indiretamente a obrigava e diretamente a conduzia. Desaparecidas essas forças, não surgiram outras que as pudessem substituir. O trabalho forçosamente tinha que diminuir.

Aqui no Estado de São Paulo a questão do incremento da pequena propriedade rural ainda não foi encarada seriamente. Apenas vozes individuais têm se levantado, uma vez

ou outra, clamando sôbre a necessidade de haver maior subdivisão de propriedade em nossas terras. São dos que, geralmente, só vêm a questão de um ponto de vista teorico, sempre citando inúmeros exemplos de países que prosperam sob o sistema de pequenas propriedades. Que seja do nosso conhecimento, ninguém ainda se deu ao trabalho de estudar a questão seriamente.

Resolvemos, em maio último, iniciar um estudo nesse sentido. Queríamos nos cientificar se a nossa população já está preparada para uma campanha de incremento das pequenas propriedades. A primeira impressão que todo observador tem neste sentido não é muito favoravel. As casas dos nossos sitiantes são destituídas de qualquer parcela de conforto e os seus arredores não trazem bem estar a pessoa alguma por pouco evoluída que seja. Além disso, São Paulo já teve seu período de grande prosperidade agrícola, com salários em níveis altos, e mesmo assim o número de sitiantes não aumentou na proporção esperada. A conclusão apressada seria que a nossa população rural ainda não está preparada para a exploração de pequenas propriedades pois, caso contrario, o número de sitios teria aumentado grandemente e a situação econômica dos atuais sitiantes seria bem melhor do que a presente.

Afim de conhecermos a situação real dos pequenos proprietários, familiarizarmo-nos com os seus problemas e estudarmos as suas soluções, fizemos uma série de visitas às propriedades agrícolas do município de Campinas.

Visitamos aproximadamente 350 propriedades, todas dentro do município. Fizemos pessoalmente todas as visitas, tendo o Instituto Agrônomico fornecido os meios necessários. Afim de tomarmos nível junto ao lavrador visitado tínhamos que, a principio, manter uma longa conversa, que ia desde a alta política internacional até às frequentes brigas entre vizinhos. Somente depois dessa longa prosa é que apresentavamos o nosso questionário e pediamos resposta ao mesmo. Assim obtinhamos um inventário minucioso dos bens da propriedade no principio do ano, todos os itens de despesa e receita durante o ano e de outro inventário do fim de ano. Os questionários apresentavam ainda perguntas várias sôbre localização, qua-

lidade das terras, raça dos animais, números de braços, número de bocas na família, consumo doméstico, etc. Quase todas as propriedades visitadas eram sitios com menos de 30 alqueires de terras, e entre estes a maioria eram sitios de 1 família apenas de trabalhador, de forma que esses dados podiam ser facilmente fornecidos de memoria pelos lavradores e podiam tambem ser facilmente conferidos por nós quanto à sua veracidade.

As dificuldades em obter esses dados foram enormes. Os sitiantees se queixavam de que era a quarta "estatística" a que respondiam naquele ano, e que isso já estava sendo demais. Tambem as nossas perguntas prendiam-se à questão da renda do sitio e o medo de futuros impostos fazia com que muitos se recusassem a dar respostas exatas.

Apenas de 110 sitios pudemos obter respostas satisfatórias aos nossos questionários. Pretendemos apresentar mais tarde esses dados, quando terminarmos a análise que estamos fazendo, juntamente com um extenso relatório sobre a situação econômica da agricultura do pequeno sitiante do município de Campinas. Por ora desejamos apenas apresentar algumas das observações que colhemos nas nossas visitas, e que julgamos de interesse para os estudiosos do assunto.

São estas, tais observações:

1) *que quase todos os sitios estão localizados em terras impróprias para a aricultura.*

A acentuada localização de sitios nas zonas de terras fracas e acidentadas pode ser facilmente explicada. As fazendas que possuem terras boas eram, como ainda são nos dias de hoje, lucrativas, não tendo os seus proprietários necessidade de picá-las em lotes. Os fazendeiros poderiam, é verdade, dispor de alguns alqueires de terra boa, no caso de haver muita insistencia por parte do comprador, e isso mesmo se este estivesse disposto a pagar preços excessivamente elevados, o que nunca poderia acontecer com um colono ou assalariado que tivesse feito suas economias trabalhando na enxada. O mesmo não se dava nem se dá presentemente com as fazendas de terras

fracas ou muito acidentadas. Estas vêm sendo divididas na medida em que não apresentam lucros aos proprietários, e os pequenos lotes são oferecidos à venda com todas as facilidades de pagamento. Os assalariados e os meieiros que já possuem suas economias aceitam tais ofertas, pois dificilmente poderiam arranjar melhores negócios.

Acreditamos ser de grande inconveniencia para o país essa localização de sitios em terras impróprias. A riqueza de um país pode ser medida pela produção "per-capita" de seus habitantes e pela uniformidade na distribuição de suas riquezas. A disseminação das pequenas propriedades é, portanto, de grande vantagem para qualquer país, porque traz, indiscutivelmente, uma melhor distribuição da riqueza e deve redundar sempre, pelo menos teoricamente, em uma maior produção "per-capita", pois é sabido que o homem trabalhando por conta própria produz mais que o assalariado. Entretanto, se o aumento de pequenas propriedades se processa, estabelecendo antigos assalariados e meieiros em terras ruins, esse aumento de produção "per-capita" dificilmente se realiza. Trabalhando em terras impróprias para a agricultura o homem não pode conseguir grandes colheitas, o que significa diminuição do rendimento de seu trabalho. Além dessa diminuição na produção "per-capita", devemos considerar ainda o seguinte: terras que somente deveriam ser empregadas para o reflorestamento ou para pasto, devido ao perigo da erosão, passam a ser empregadas para a cultura de milho ou de algodão, o que significa um mau aproveitamento das riquezas naturais.

Ambos os fatos, a diminuição da produção "per-capita" dos trabalhadores rurais e o mau aproveitamento das riquezas naturais em relação ao estrago da erosão, são desvantajosos para o país. Infelizmente isto está se processando dentro do município de Campinas, devido à localização de grande número de sítiantes em terras ruins.

O mesmo problema tem sido combatido nos Estados Unidos por meio da aplicação racional do crédito agrícola. Agências oficiais são encarregadas de comprar fazendas dotadas de boas terras, dividi-las em lotes, e vende-las a longo prazo às famílias de meieiros que se tenham mostrado capazes. Essas

agencias tambem compram sitios dotados de terras impróprias, transferindo as familias daí para zonas mais produtivas, e transformando as terras, anteriormente usadas para agricultura, em florestas e parques.

2) *Que os sitiantes tendem a mudar mais e mais para a exploração da "pequena agricultura".*

O fato de estar a população da cidade de São Paulo adquirindo novos habitos de alimentação tem influenciado a agricultura do município. A procura de grandes quantidades de frutas, verduras, legumes, etc., neste mercado, vem fazendo com que a exploração da "pequena agricultura", isto é, das culturas de frutas, verduras, legumes e tuberculos, se torne mais lucrativa para o município do que a exploração da "grande agricultura", ou seja a cultura de milho, café, algodão, arroz, etc. Conforme procuraremos provar mais tarde, a maioria dos sitiantes que se apresentam em boas condições financeiras, é constituída de elementos que conseguiram efetuar a mudança de, ao menos, uma parte de suas atividades, da grande para a pequena agricultura.

Outro fato ligado a esta observação é o grande número de sitiantes que tem sofrido prejuizo com esta tentativa de mudança. A técnica, a ser usada na produção da pequena agricultura, é bem diferente, e geralmente os sitiantes não têm dela os conhecimentos necessários. Para a pequena agricultura, é não somente aconselhavel, como mesmo imprescindivel que o produtor aplique os métodos da agricultura intensiva. O uso de muito adubo, de diversas pulverizações, de irrigação e de muito trabalho manual para uma pequena área de terra, é inevitavel. Já, entretanto, para a "grande agricultura", como é o caso do café, milho e mesmo algodão, o emprego dos métodos de agricultura extensiva, em que o homem procura empregar o menor número de braços e a menor soma de capital para a maior área de terra, ainda é lucrativo. Êste sistema de agricultura pode não trazer fortuna, mas tambem não "tira a camisa" de ninguem. O sitiante pode ir sempre usando os conhecimentos agrícolas herdados de seus avós e vivendo à

custa desses produtos. O mesmo não se dá com a produção de tomate, alho, verdura, etc. Para esta pequena agricultura, ou o produtor aplica os métodos modernos da agricultura intensiva, ou não vive à custa desses produtos.

A explicação dos inúmeros fracassos entre os sitiantes que procuram iniciar-se na produção de tomate, alho, frutas, etc., reside em parte na falta de conhecimentos técnicos. Basta dizer que a maioria dos sitiantes tem seus pomares ainda constituídos de árvores de "pé franco". Pulverisadores apenas os encontramos entre os produtores de figo da zona de Valinhos. No município de Campinas, que indiscutivelmente é o município líder da nossa agricultura, encontramos com grande desaponto nosso, muitos lavradores que não sabiam usar um arado.

3) *Que as vargens tendem a se valorizar.*

Esta mudança de agricultura, que se opera dentro do município de Campinas, e de que acima falamos, tem trazido uma grande valorização às vargens. Qualquer vargem de fácil drenagem, com solo fértil, fora do perigo de enchentes, está atualmente valendo fortuna, e com razão, porque é aí que se pode explorar com maior sucesso a pequena agricultura. Acreditamos que o valor dessas vargens tende a aumentar ainda mais com a construção da auto-estrada Anhanguera. Campinas poderá assim competir mais vantajosamente com as outras zonas que atualmente também abastecem o mercado de São Paulo.

4) *Que os agricultores japoneses têm sido um sucesso.*

Dizer simplesmente que os japoneses estão sendo bem sucedidos como agricultores, no município de Campinas, não é dizer muito. Primeiro por ser este fato facilmente observado em todo o Estado de São Paulo; segundo porque é de se esperar tal sucesso, considerando que este povo vem praticando, ha séculos, a agricultura intensiva, de modo que a exploração da nossa "pequena agricultura" tem naturalmente

que lhes ser fácil e lucrativa, uma vez que lhes oferece poucos problemas.

Observamos, entretanto, alguma coisa mais a este respeito. Observamos que existe, por parte dos agricultores brasileiros, duas espécies diferentes de reação contra o êxito dos japoneses, e que merecem alguns comentários.

A primeira é que os japoneses esterilizam a terra usada com a sua agricultura. O agricultor brasileiro é quase sempre levado a esta conclusão porque o japonês tem por habito trabalhar em terras arrendadas. Dificilmente se encontra no município de Campinas um japonês proprietário de sitio. Todos eles procuram alugar as terras em que trabalham. Daí concluem os brasileiros que os japoneses não compram as terras usadas por eles, simplesmente porque sabem que no fim de alguns anos estas terras estarão estereis. Não podemos culpa-los por esta conclusão, mas tambem não podemos aceita-la. Segundo o que pudemos apurar, e o que aliás nos parece muito razoável, os japoneses são sempre financiados por suas próprias organizações, e, para essas organizações é de grande vantagem que os seus membros arrendem as terras em que trabalham, em vez de compra-las. Poderão desta forma, com o mesmo capital, financiar um número muito maior de agricultores do que se financiassem a compra das terras, obtendo praticamente o mesmo resultado, pois o que elas desejam, principalmente, é evitar que os japoneses trabalhem como assalariados. Acreditam, e com muita razão, que o assalariado não pode ter o mesmo estímulo para o trabalho e nem a mesma oportunidade que tem o homem que trabalha em sua própria terra. Adotando o sistema de arrendamento, eles estão fornecendo estímulo e oportunidade aos trabalhadores japoneses, com o uso de muito pouco capital.

A conclusão, tirada pelos agricultores brasileiros, de que o japonês esteriliza a terra com a sua agricultura, poderia encontrar bases tambem no fato de que o japonês arrendando terra não pratica nenhuma rotação de cultura. A prática da agricultura intensiva requer um sistema planejado de rotação de cultura, sem o qual a terra se cansa e a produção cai enormemente. É exatamente o que acontece com terras usadas

pelos japoneses. Estão cansadas e produzindo pouco, mas longe de se mostrarem estereis, como é a idéia geral. O japonês sabe perfeitamente disso, mas acontece que uma rotação de cultura implica em certas despesas e o arrendatário, seja êle japonês ou não, absolutamente não poderá ter interêsse em praticá-la. É provavelmente êsse o motivo que os leva a preferir sempre o prazo de três ou quatro anos em seus arrendamentos. Caberá exclusivamente aos proprietários exigir certas medidas de rotação ao arrendar as suas terras, especialmente quando arrendadas aos japoneses que pretendem usá-las intensivamente.

A segunda reação dos sitiantes brasileiros contra o êxito dos japoneses podemos chamar de reação psicológica. Traduz-se por espanto, ou melhor, surpresa. Quando visitamos os sítios e conversamos com os sitiantes, temos a impressão de ver alguém que acordou de um longo sono, um tanto violentamente, perguntando o que aconteceu. É natural, pois o nosso sitiante vem dormindo em cima de sua agricultura ha dezenas de anos, e de repente lhe aparecem homens diferentes, fazendo agricultura ainda mais diferente. É mesmo para assustar. Todos os sitiantes estão impressionados com o modo de fazer agricultura dos japoneses. Procuram entendê-los e imitá-los. Indagam diretamente dos japoneses, mas não pode haver bom entendimento entre eles. Um não gosta de ensinar e o outro não está preparado para entender o emprego de tantos pequenos cuidados a uma cultura que entre nós vem sendo produzida ha séculos sem o menor cuidado. O sitiante está como que acordado de novo, à procura de alguma cousa. Procura a verdade sôbre o modo de fazer agricultura dos japoneses. Podemos dizer que está em um ponto ótimo de receptividade, para qualquer ensinamento sôbre agricultura que o govêrno lhe queira fornecer. Pode, portanto, o japonês vangloriar-se de estar cooperando nesse movimento de educação agrícola de nosso povo, acordando-o e preparando-o para receber ensinamentos. Pode, ainda, ser considerado como elemento parcial de fomento e esperamos que o govêrno não perca a oportunidade para fornecer ensinamento à nossa população agrícola, por intermédio de suas agencias especializadas.

5) *Que o risco de uma mudança de agricultura é maior nos sítios do que nas grandes propriedades.*

Durante as nossas visitas, estranhámos, a principio, o número relativamente pequeno de sítiantes que tentavam a mudança para a pequena agricultura. Sendo esta tão lucrativa, supunhamos encontrar um número muito maior, fazendo pelo menos tentativas para essa mudança. Mas tal não se dá. O número de sítiantes empenhados na mudança ainda é relativamente pequeno.

Em uma fazenda grande e bem montada, o proprietário, quando experimenta uma nova cultura, está apenas fazendo uma experiencia; emprega nela somente uma parcela pequena de seu capital. O fracasso desta cultura não ocasionará mudança alguma nas condições gerais da fazenda ou na própria situação do fazendeiro. O mesmo não se dá com o sítiante. A mudança da grande para a pequena agricultura representa para este grande e perigoso passo. A exploração de algodão, milho e feijão não exige emprego de mais capital além do já empatado no sítio. Um ano de fracasso para estas culturas pouco o afeta. O mesmo não se dá com as culturas de batatinha, cebola, alho, etc., para as quais é necessário o emprego de maior capital e de toda a capacidade de trabalho do homem. Um fracasso, portanto, na exploração destes produtos, o que é, aliás, relativamente comum, representa para o sítiante uma verdadeira catastrophe. Perdendo o capital empatado e o seu tempo, difficilmente poderá manter o mesmo padrão de vida durante o ano seguinte, ou mesmo manter-se de posse de sua sítio, além do que se vê impedido de nova tentativa, perdendo assim até a experiencia adquirida com esse primeiro fracasso.

O risco que acompanha esta mudança da grande para a pequena agricultura é um dos fatores que estão atualmente impedindo o aumento rápido do número de sítiantes que se dedicam à exploração da pequena agricultura.

Encontramos muitos sítiantes que tinham terras boas e algum conhecimento de agricultura técnica. Pareciam indicados para tentar a exploração da pequena agricultura, ou mesmo para iniciar a produção mais intensiva de algodão ou milho;

no entanto, mantinham-se na mesma velha rotina de usar como máquina apenas o aradinho de aiveca e um "bico de pato". Quando indagavamos de algum porque não tentava uma mudança no modo de fazer agricultura, êle nos dizia "...é muito perigoso mudar. O japonês pode, porque se êle perde um ano êle arranja não sei onde dinheiro para comer e para tentar de novo... E para mim, quem é que dá?... Vou ter é que procurar patrão de novo..."

Tinhamos que dar razão ao sitiante. Sem maior segurança eles não podem fazer tentativas.

6) *Que é difícil para os nossos sitiantes "produzir para o mercado".*

Convém explicar melhor o que entendemos por "produzir para o mercado". Na produção de milho, arroz, algodão, etc., o produtor tem sempre em mente o valor de custo de produção. Tudo faz afim de produzir mais barato e obter maior lucro. Ao contrário, na de tomate, cebola, ~~verdura~~, etc., o produtor precisa fundamentalmente acompanhar as exigencias do mercado, porque os preços variam tanto de acôrdo com a variedade, como com a qualidade do produto, com a época do ano; qualquer falha do produtor, em considerando essas exigencias do mercado, redundam em grandes prejuizos. Pouco adianta nesse caso um produtor ser muito cuidadoso quanto ao seu "custo de produção", se o seu vizinho, que tem despesas muito maiores, obter nos mercados um preço muito mais elevado para os seus produtos. Torna-se aconselhavel pois considerar o custo de produção apenas depois que os produtos apresentem as exigencias requeridas pelos mercados consumidores.

De um modo geral, podemos dizer que as exigencias do mercado, a serem consideradas pelo produtor da pequena agricultura, são as seguintes:

a) Variedade a ser plantada.

Existem certos produtos, como o abacate por exemplo, cujos preços, no mercado, variam muito devido exclusivamente

à questão de variedade. Somente a escolha da variedade adequada já quase representa para o produtor certeza de lucro em seu pomar, e, no entanto, poucos são os sitiantes que consideram os preços do mercado ao escolher as variedades a serem plantadas. Todos eles usam as primeiras sementes que encontram.

b) Qualidade do produto a ser levado ao mercado.

O arroz, o milho e mesmo o algodão, pouca recompensa trazem ao produtor que apresenta o melhor produto. Dificilmente pagam as despesas de um cuidado especial com sua cultura ou embalagem. O mesmo não se dá com a pequena agricultura. O figo, por exemplo: ou o produtor dispensa um cuidado especial com a sua cultura e embalagem, alcançando bom preço no mercado, ou não cuida do produto e não alcança preço algum.

c) A época de venda.

Também é preciso considerar a época em que deve levar o produto ao mercado. Os japoneses procuram produzir, por exemplo, o tomate e a batatinha nas épocas em que os mercados sentem a sua falta. A produção por área nesse caso é menor, mas em compensação os preços são mais elevados, trazendo geralmente maiores lucros.

Poderíamos citar ainda a questão da quantidade a ser produzida, porque o tomate, por exemplo, que não suporta bem o transporte por estrada de ferro, é geralmente cultivado pelos japoneses em quantidade tal que se torna possível alugar caminhões para o seu transporte a S. Paulo, recebendo dessa forma melhores preços. Culturas pequenas não podem suportar tal despesa.

Observámos que os nossos sitiantes têm tido muita dificuldade em compreender que a pequena agricultura está agora sujeita a um mercado exigente e que se torna necessário, mesmo imprescindível, apresentar os produtos de acôrdo com essas exigências.

Desenvolver nos sitiantes esta mentalidade de "produzir para o mercado", é uma necessidade sem a qual eles não poderão dedicar-se com êxito à pequena agricultura.

7) *Que existe uma certa oposição por parte dos sitiantes em aceitar o crédito agrícola.*

Conversando com os sitiantes do município, procuramos sempre especular sobre a necessidade que tinham de um crédito agrícola mais fácil. Para grande surpresa nossa, pequeno foi o número dos que se mostraram desejosos de obter dinheiro emprestado. A maioria não se interessava por essa questão de crédito agrícola.

Procuramos compreender esta atitude da maioria e acreditamos que as causas sejam duas. Primeiro, a existencia de grande desconfiança por parte do sitiante, desconfiança essa que aumenta quando ha necessidade de uma hipoteca para o emprestimo. Eles não crêm muito na possibilidade de arranjar reforma das dividas, caso tenham um ano muito magro de colheita, e acham melhor não se arriscar a tanto. Segundo, que a maioria dos sitiantes, para tocar a sua agricultura, tal como ela é feita atualmente, não necessita mesmo de crédito. Suas despesas de custeio são minimas e nenhum deles deseja segurar seu produtos, à espera de melhor mercado, porque para isto é necessário fazer diversas viagens à cidade, arranjar armazens, visitar bancos, falar com gente importante e assinar uma porção de papeis.

Esta atitude dos sitiantes obrigou-nos a concluir que eles só terão necessidade de crédito agrícola, caso possam mudar a sua agricultura para uma mais intensiva, aplicando melhor técnica na produção e na venda de seus produtos. O próprio govêrno poderia guia-lo, aliado à campanha de fomento de melhor técnica agrícola. O sitiante não pode melhorar a sua técnica de produção se não lhe fornecerem crédito. Conselhos técnicos apenas não resolvem a situação. Os pequenos lavradores precisam de dinheiro para operar as mudanças preconizadas pelos agentes de fomento do govêrno. Tambem o crédito agrícola apenas não é suficiente, porque, como já vimos, não têm eles necessidade de crédito para tocar a sua agricultura, tal como é atualmente feita. Ambas as medidas precisam vir juntas. Elas se completam.

8) *Que os sitiantes são grandes economizadores de trabalho.*

Dois característicos inconfundíveis da agricultura dos sitiantes são: primeiro, a plantação misturada das diversas culturas do mesmo terreno, e, segundo, o espaçamento sempre enorme que dão a essas culturas.

Acreditamos que o motivo fundamental disto não seja propriamente falta de conhecimento sôbre o assunto ou falta de maior área de terreno, mas sim que seja o apêgo ináto à lei do menor esforço. Plantam diversas culturas misturadas, no mesmo terreno, porque têm deste modo menos trabalho para preparar a terra. O fato de usarem espaçamento grande pode ser bem compreendido ao se observar uma pessoa que se propõe a semear à mão, uma quarta de terra de algodão. Antes do sol chegar a pino já estará o semeador instintivamente, aumentando a distância entre as covas, afim de terminar a tarefa mais depressa.

O plantio a favor das águas é outro exemplo de que preferem economizar suas forças mesmo à custa da eficiência delas.

Outro exemplo ainda, que podemos citar, diz respeito à produção de algodão. Observamos que as despesas extras na produção de algodão, para os sitiantes, resumem-se somente no preço da semente e em umas tantas latas a mais de formicida. Calculavamos, portanto, que mesmo com algodão a 10\$ por arroba eles todos continuariam a planta-lo por não haver outra cultura de mercado tão garantido ao alcance deste povo. Indagando então dos sitiantes se eles continuariam a plantar algodão caso o preço descesse a 10\$ por arroba, todos nos respondiam. "Capaz, o algodão a 10\$ não paga o trabalho que dá..." Quando argumentavamos que mesmo a êste preço era a única cultura que podia levar-lhes um pouco de dinheiro limpo, sem grandes dificuldades, eles não respondiam: — "Olha, moço, se o algodão cair a 10\$ eu prefiro continuar plantando milho, feijão, arroz e engordar uns porquinhos para comer, porque o algodão a êsse preço não paga mesmo o trabalho..."

(Do "O Estado de S. Paulo", 16-10-41).